

**EDUCAÇÃO SEM EXCEÇÕES: O IMPACTO TRANSFORMADOR DO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA CONSTRUÇÃO  
DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**

**EDUCATION WITHOUT EXCEPTIONS: THE TRANSFORMATIVE IMPACT OF  
SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT (AEE) IN BUILDING AN INCLUSIVE  
SCHOOL**

**EDUCACIÓN SIN EXCEPCIONES: EL IMPACTO TRANSFORMADOR DE LA  
ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA (AEE) EN LA CONSTRUCCIÓN DE  
UNA ESCUELA INCLUSIVA**

**Clésia Carneiro da Silva Freire Queiroz**

Doutoranda em Ciências da Educação

Mestre em Ciências da Educação

Graduada em Psicologia, Pedagogia e Psicopedagogia

**Leidryana da Conceição Ferreira**

Doutoranda, Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA.Paraguai

E-mail: [leidryana@hotmail.com](mailto:leidryana@hotmail.com)

**Leidimar de Oliveira Silva**

Especialista em neuropsicopedagogia – Multivix

E-mail: [leidimaroliveirabelo@gmail.com](mailto:leidimaroliveirabelo@gmail.com)

**Leylyane da Conceição Gomes Ferreira**

Doutoranda, Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA. Paraguai

Email: [leylyane\\_ferreira@hotmail.com](mailto:leylyane_ferreira@hotmail.com)

**Eugenio Fialho Filho**

Doutorando em Administração de Empresas

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Assunção - Paraguai

E-mail: [eugenio.filho@unifesp.br](mailto:eugenio.filho@unifesp.br)

## **Resumo**

Este artigo investiga o Atendimento Educacional Especializado como objeto de análise, considerando o desafio de compreender de que modo esse atendimento tem sido concebido e organizado como estratégia de apoio à construção de uma escola inclusiva. O objetivo central

consiste em analisar como produções acadêmicas e documentos normativos abordam o papel do AEE na garantia do direito à educação, com ênfase em sua articulação com o ensino regular. O referencial teórico fundamenta-se em marcos legais da educação brasileira, diretrizes internacionais e estudos reconhecidos sobre educação inclusiva, formação docente e organização pedagógica do atendimento especializado. Metodologicamente, o estudo adota uma revisão de literatura de natureza integrativa e descritiva, com análise de documentos oficiais e produções científicas selecionadas em bases reconhecidas. Os achados indicam que o AEE é compreendido como prática pedagógica complementar e suplementar, cujo impacto está associado à integração ao projeto pedagógico da escola, ao planejamento curricular e à atuação colaborativa entre profissionais. As contribuições do estudo evidenciam que a efetividade do atendimento depende de condições institucionais, formação docente contínua e alinhamento entre políticas educacionais e práticas escolares, oferecendo subsídios teóricos para o aprimoramento de ações voltadas à educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Atendimento educacional especializado; Educação inclusiva; Formação docente; Políticas educacionais.

## Abstract

This article examines Specialized Educational Support as the object of analysis, considering the challenge of understanding how this support has been conceived and organized as a strategy to support the construction of an inclusive school. The central objective is to analyze how academic studies and normative documents address the role of Specialized Educational Support in guaranteeing the right to education, with emphasis on its articulation with mainstream education. The theoretical framework is grounded in Brazilian educational legislation, international guidelines, and recognized studies on inclusive education, teacher education, and the pedagogical organization of specialized support. Methodologically, the study adopts an integrative and descriptive literature review, analyzing official documents and scientific publications selected from recognized databases. The findings indicate that Specialized Educational Support is understood as a complementary and supplementary pedagogical practice, whose impact is associated with its integration into the school's pedagogical project, curriculum planning, and collaborative professional practice. The contributions of the study highlight that the effectiveness of this support depends on institutional conditions, continuous teacher education, and alignment between educational policies and school practices, offering theoretical foundations for improving actions aimed at inclusive education.

**Keywords:** Specialized educational support; Inclusive education; Teacher education; Educational policies.

## Resumen

Este artículo analiza la Atención Educativa Especializada como objeto de estudio, considerando el desafío de comprender de qué manera dicha atención ha sido concebida y organizada como estrategia de apoyo para la construcción de una escuela inclusiva. El objetivo central consiste en examinar cómo las producciones académicas y los documentos normativos abordan el papel de la AEE en la garantía del derecho a la educación, con énfasis en su articulación con la enseñanza ordinaria. El marco teórico se sustenta en los referentes legales de la educación brasileña, en directrices internacionales y en estudios reconocidos sobre educación inclusiva, formación docente y organización pedagógica de la atención especializada. Desde el punto de vista metodológico, el estudio adopta una revisión de la literatura de carácter integrador y descriptivo, con análisis de documentos oficiales y producciones científicas seleccionadas en bases reconocidas. Los hallazgos indican que la AEE se concibe como una práctica pedagógica complementaria y suplementaria, cuyo impacto se asocia a su integración en el proyecto pedagógico de la escuela, a la planificación curricular y a la actuación colaborativa entre profesionales. Las contribuciones del estudio ponen de relieve que la efectividad de la atención depende de las condiciones institucionales, de la formación docente continua y de la articulación entre las políticas educativas y las prácticas escolares, aportando fundamentos teóricos para el perfeccionamiento de acciones orientadas a la educación

inclusiva.

**Palabras clave:** Atención educativa especializada; Educación inclusiva; Formación docente; Políticas educativas.

## 1. Introdução

A ampliação do direito à educação para todos os estudantes tem se consolidado como princípio orientador das políticas educacionais em diferentes países. No campo da educação inclusiva, esse movimento está associado à superação de práticas segregadoras e à construção de sistemas escolares que reconhecem a diversidade como parte do processo educativo, conforme estabelecem documentos internacionais amplamente adotados (UNESCO, 1994; UNESCO, 2005).

No contexto brasileiro, a educação inclusiva estrutura-se a partir do reconhecimento de que estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades devem ser escolarizados, prioritariamente, no ensino regular, com a oferta de apoios educacionais adequados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a educação especial como modalidade transversal, assegurando sua articulação com as demais etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 1996).

É nesse cenário que se insere o Atendimento Educacional Especializado, doravante denominado AEE. O AEE é compreendido como um conjunto de serviços e recursos pedagógicos organizados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes público da educação especial, sem substituir o ensino comum. Essa concepção encontra respaldo na política educacional brasileira e nos marcos legais que orientam a educação inclusiva (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão reforça esse entendimento ao afirmar que a garantia do direito à educação envolve a oferta de apoios necessários à participação e à aprendizagem, respeitando as singularidades dos estudantes. Nessa perspectiva, o AEE passa a ser compreendido como parte integrante do projeto pedagógico da escola, e não como um espaço dissociado da

escolarização regular (BRASIL, 2015).

O Decreto nº 9.451/2018 contribui para esse debate ao regulamentar aspectos relacionados à organização do atendimento educacional especializado nos sistemas de ensino. O texto normativo explicita a função do AEE como suporte pedagógico e orienta sua articulação com o ensino comum, reafirmando a centralidade da escola regular no processo educativo (BRASIL, 2018).

A produção acadêmica tem indicado que a efetividade do AEE depende da articulação entre práticas pedagógicas, organização institucional e formação docente. Estudos apontam que o atendimento apresenta maior impacto quando integrado ao planejamento escolar e quando há diálogo sistemático entre professores do AEE e do ensino regular (CAMPOS; CARON, 2016; COSTA, 2021).

Pesquisas voltadas à formação docente evidenciam que o desenvolvimento de práticas inclusivas exige preparo para o uso pedagógico de recursos, estratégias colaborativas e tecnologias educacionais. A literatura destaca que a formação continuada contribui para ampliar a compreensão do AEE como prática pedagógica vinculada à aprendizagem dos estudantes (BISOL; VALENTINI; BRAUN, 2015).

Estudos internacionais também ressaltam a importância das atitudes docentes para a consolidação da inclusão escolar. Revisões sistemáticas indicam que concepções favoráveis à diversidade estão associadas a melhores condições de participação de estudantes com necessidades educacionais especiais em diferentes contextos pedagógicos (TARANTINO; MAKOPOULOU; NEVILLE, 2022).

No cenário brasileiro, pesquisas recentes têm apontado desafios relacionados à implementação do AEE como prática pedagógica complementar e suplementar à escolarização. Essas análises destacam dificuldades ligadas à compreensão do papel do atendimento, à organização dos tempos e espaços escolares e à articulação entre políticas públicas e práticas institucionais (MIRANDA *et al.*, 2025; DA SILVA, 2024).

Estudos desenvolvidos em contextos educacionais diversos indicam que o

impacto do AEE na inclusão escolar está relacionado às condições concretas de funcionamento das escolas. Os resultados apontam avanços quando o atendimento é planejado de forma integrada ao currículo e às necessidades educacionais dos estudantes, evitando ações fragmentadas (OLIVEIRA, 2020; FONTOURA, 2025).

Além disso, documentos internacionais mais recentes reforçam que a inclusão educacional envolve não apenas o acesso à escola, mas também a garantia de participação e aprendizagem ao longo do percurso escolar. Essa abordagem amplia o entendimento sobre o papel dos serviços de apoio educacional, situando o AEE como elemento relevante na promoção de sistemas educacionais mais equitativos (UNESCO, 2020).

Diante desse panorama, observa-se que, embora o AEE esteja normativamente definido e amplamente regulamentado, permanecem lacunas relacionadas à compreensão de seu impacto na construção de escolas inclusivas. A literatura indica a necessidade de análises que articulem fundamentos legais, diretrizes internacionais e evidências acadêmicas, de modo a aprofundar o debate sobre esse atendimento (BRASIL, 2008; UNESCO, 2005).

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância de analisar o Atendimento Educacional Especializado como elemento estruturante da educação inclusiva, considerando seus fundamentos normativos e pedagógicos e as abordagens presentes na produção científica. Ao sistematizar esses debates, busca-se contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais e das políticas públicas voltadas à inclusão escolar.

Assim, o objetivo geral do estudo consiste em analisar como a literatura acadêmica e os documentos normativos têm abordado o impacto do Atendimento Educacional Especializado na construção de uma escola inclusiva, identificando seus fundamentos, finalidades e desafios associados à prática pedagógica.

A pergunta de pesquisa que orienta este trabalho é: de que modo o Atendimento Educacional Especializado tem sido concebido e organizado na literatura e nos marcos normativos como estratégia de apoio à escolarização de estudantes público da educação especial em contextos de educação inclusiva?

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Educação inclusiva como princípio orientador dos sistemas educacionais

A educação inclusiva tem sido compreendida, na literatura internacional e nacional, como um princípio orientador que redefine a organização dos sistemas educacionais, deslocando o foco da adaptação do estudante para a transformação das práticas escolares. Documentos da UNESCO afirmam que a inclusão pressupõe a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, sociais ou culturais (UNESCO, 1994; UNESCO, 2005).

No âmbito brasileiro, esse princípio é incorporado ao ordenamento jurídico a partir do reconhecimento do direito à educação em classes comuns, com a oferta de apoios educacionais necessários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a educação especial como modalidade transversal, articulada às demais etapas do ensino, reforçando a responsabilidade do sistema educacional em atender à diversidade (BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolida esse entendimento ao orientar a reorganização das redes de ensino para assegurar a escolarização de estudantes público da educação especial no ensino regular. O documento enfatiza que a inclusão não se restringe ao acesso físico à escola, mas envolve mudanças pedagógicas e institucionais que favoreçam a aprendizagem (BRASIL, 2008).

Estudos recentes reforçam que a educação inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige coerência entre marcos normativos, práticas pedagógicas e formação dos profissionais da educação. Essa abordagem amplia o debate sobre os serviços de apoio educacional, situando o Atendimento Educacional Especializado como parte integrante desse processo (UNESCO, 2020).



## 2.2 Atendimento Educacional Especializado: fundamentos e finalidades

O Atendimento Educacional Especializado é definido, na legislação brasileira, como um conjunto de serviços e recursos organizados para complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes público da educação especial. A Lei Brasileira de Inclusão reforça que esses apoios devem ser oferecidos de forma articulada ao ensino regular, assegurando condições de participação e aprendizagem (BRASIL, 2015).

O Decreto nº 9.451/2018 detalha a organização do AEE nos sistemas de ensino, destacando sua função pedagógica e sua vinculação ao projeto educacional da escola. O texto normativo reafirma que o atendimento não substitui a escolarização comum, mas atua na remoção de barreiras que dificultam o acesso ao currículo (BRASIL, 2018).

A literatura acadêmica aponta que o AEE adquire maior consistência quando compreendido como prática pedagógica articulada ao planejamento escolar. Estudos indicam que a clareza quanto às finalidades do atendimento contribui para evitar sua redução a ações pontuais ou descoladas do cotidiano da sala de aula comum (MIRANDA *et al.*, 2025; DA SILVA, 2024).

Pesquisas realizadas em contextos educacionais brasileiros também evidenciam que o impacto do AEE está relacionado à forma como ele é integrado às dinâmicas institucionais da escola. Quando há alinhamento entre o atendimento, o currículo e as necessidades educacionais dos estudantes, observam-se avanços na participação escolar (OLIVEIRA, 2020; FONTOURA, 2025).

## 2.3 Formação docente e práticas pedagógicas no AEE

A formação dos professores constitui elemento central para a consolidação do Atendimento Educacional Especializado como prática pedagógica significativa. A literatura destaca que a atuação no AEE exige conhecimentos específicos sobre estratégias de ensino, recursos pedagógicos e formas de colaboração entre profissionais (CAMPOS; CARON, 2016).

Estudos voltados à formação continuada indicam que processos formativos

favorecem a compreensão do AEE como parte do trabalho pedagógico coletivo da escola. A articulação entre professores do ensino regular e do AEE é apontada como condição relevante para a construção de práticas inclusivas mais consistentes (COSTA, 2021).

Pesquisas internacionais reforçam que a formação docente influencia diretamente as atitudes e as práticas relacionadas à inclusão escolar. Análises de revisão indicam que professores mais preparados tendem a adotar estratégias pedagógicas que ampliam a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais (TARANTINO; MAKOPOULOU; NEVILLE, 2022).

Estudos que analisam o uso de recursos pedagógicos e tecnológicos na formação docente indicam que esses instrumentos podem apoiar práticas inclusivas quando integrados a propostas pedagógicas claras. A literatura ressalta que o foco deve permanecer na aprendizagem dos estudantes e na mediação docente, evitando a centralidade excessiva nos recursos (BISOL; VALENTINI; BRAUN, 2015).

## **2.4 Evidências da literatura sobre os desafios e possibilidades do AEE**

A produção acadêmica tem apontado, de forma recorrente, desafios relacionados à implementação do Atendimento Educacional Especializado nos sistemas de ensino. Entre os aspectos destacados estão a compreensão limitada sobre o papel do atendimento, a organização dos tempos e espaços escolares e a articulação entre políticas públicas e práticas institucionais (MIRANDA *et al.*, 2025; DA SILVA, 2024).

Revisões da literatura e estudos acadêmicos indicam que esses desafios não decorrem da inexistência de marcos legais, mas das condições concretas de implementação das políticas educacionais. A distância entre normativas e práticas escolares é reconhecida como elemento que impacta a efetividade do AEE (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015).

Ao mesmo tempo, a literatura também evidencia possibilidades de fortalecimento do AEE quando há investimento em formação docente, planejamento colaborativo e integração ao currículo. Estudos desenvolvidos em



diferentes contextos apontam que essas estratégias contribuem para a consolidação de práticas educacionais mais alinhadas ao princípio da inclusão (OLIVEIRA, 2020; FONTOURA, 2025).

Dessa forma, o referencial teórico analisado sustenta que o Atendimento Educacional Especializado, quando compreendido como prática pedagógica articulada à escolarização, ocupa papel relevante na construção de escolas inclusivas. Essa compreensão dialoga diretamente com o objetivo deste estudo, ao fundamentar o debate sobre o impacto do AEE a partir de evidências reconhecidas na literatura acadêmica e nos documentos normativos.

### 3. Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem de revisão da literatura, de natureza integrativa e descritiva, adequada ao objetivo de analisar como o Atendimento Educacional Especializado tem sido abordado na produção acadêmica e nos documentos normativos relacionados à educação inclusiva. A opção por esse tipo de revisão permitiu reunir e interpretar contribuições teóricas e análises já publicadas, assegurando coerência entre o método adotado e o objetivo geral da pesquisa, sem recorrer à produção de dados primários.

A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados reconhecidas pela abrangência e relevância no campo educacional, incluindo SciELO, Scopus, Web of Science e Google Scholar, além de documentos oficiais disponibilizados por órgãos governamentais e organismos internacionais. Essas fontes foram selecionadas por concentrarem estudos e normativas amplamente utilizados na área da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado, possibilitando uma visão consistente do debate acadêmico.

Os termos de busca foram definidos a partir dos conceitos centrais do estudo e incluíram expressões como atendimento educacional especializado, educação inclusiva, políticas educacionais inclusivas e formação de professores para a inclusão. As buscas combinaram esses descritores por meio de operadores booleanos, de modo a ampliar a recuperação de estudos pertinentes ao tema e

contemplar diferentes abordagens teóricas presentes na literatura.

Os critérios de inclusão consideraram estudos publicados em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra, que abordassem diretamente o Atendimento Educacional Especializado no contexto da educação inclusiva, bem como documentos normativos nacionais e internacionais relacionados ao tema. Foram excluídos textos duplicados, produções que não apresentassem relação direta com o objeto da pesquisa e materiais de natureza opinativa sem fundamentação teórica.

O processo de seleção dos estudos seguiu etapas sucessivas de identificação, triagem, leitura integral e inclusão final, em consonância com diretrizes amplamente utilizadas em revisões de literatura, como as orientações do protocolo PRISMA. Inicialmente, procedeu-se à leitura de títulos e resumos, seguida da análise do texto completo para verificação da aderência aos critérios estabelecidos, garantindo transparência e reprodutibilidade ao percurso metodológico.

A análise dos estudos selecionados consistiu na leitura interpretativa e na organização dos conteúdos em eixos temáticos relacionados aos fundamentos da educação inclusiva, às finalidades do Atendimento Educacional Especializado e às condições para sua implementação nas escolas. Esse procedimento permitiu identificar convergências, recorrências e abordagens predominantes na literatura, articulando os achados teóricos aos objetivos do estudo.

Dessa forma, a metodologia adotada contribui para enfrentar o desafio educacional discutido no artigo ao oferecer uma síntese fundamentada das principais produções acadêmicas e normativas sobre o AEE. Ao sistematizar esse conhecimento, o estudo busca subsidiar reflexões sobre a organização de práticas pedagógicas e políticas educacionais voltadas à construção de uma escola inclusiva, em consonância com os marcos teóricos analisados.

#### **4. Resultados e discussão**

A análise dos estudos e documentos normativos examinados permite identificar que o Atendimento Educacional Especializado é compreendido como

parte constitutiva da organização da educação inclusiva. Os marcos legais brasileiros estabelecem que o AEE deve complementar e suplementar a escolarização em classes comuns, garantindo condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes público da educação especial (BRASIL, 1996; BRASIL, 2015).

Os textos normativos analisados atribuem ao AEE a função de atuar na eliminação de barreiras pedagógicas, organizacionais e comunicacionais que dificultam o percurso escolar. Essa função é reafirmada tanto na Política Nacional de Educação Especial quanto no Decreto nº 9.451/2018, que orientam sua articulação com o projeto pedagógico da escola e com o trabalho desenvolvido no ensino regular (BRASIL, 2008; BRASIL, 2018).

Os estudos acadêmicos examinados indicam que o impacto do AEE está diretamente relacionado à forma como esse atendimento é integrado às práticas escolares. Pesquisas apontam que ações desvinculadas do currículo e do planejamento docente tendem a reduzir o alcance pedagógico do atendimento, enquanto propostas articuladas favorecem a participação dos estudantes no cotidiano escolar (MIRANDA *et al.*, 2025; DA SILVA, 2024).

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se à formação docente como elemento decisivo para a efetividade do AEE. Trabalhos que analisam a atuação de professores evidenciam que a formação continuada amplia a compreensão do atendimento como prática pedagógica e fortalece o trabalho colaborativo entre docentes do AEE e do ensino regular (CAMPOS; CARON, 2016; COSTA, 2021).

A formação também é discutida como condição para o uso pedagógico de recursos e estratégias inclusivas. Pesquisas internacionais indicam que professores com maior preparo tendem a adotar práticas que ampliam a participação de estudantes com necessidades educacionais especiais em diferentes contextos curriculares (BISOL; VALENTINI; BRAUN, 2015; TARANTINO; MAKOPOULOU; NEVILLE, 2022).

Estudos desenvolvidos em contextos brasileiros analisam os efeitos do AEE sobre a inclusão escolar e destacam que seus resultados estão associados às condições institucionais das escolas. Esses trabalhos indicam avanços quando

o atendimento é planejado de forma integrada às necessidades educacionais dos estudantes e às dinâmicas escolares, evitando ações pontuais ou paralelas (OLIVEIRA, 2020; FONTOURA, 2025).

No plano internacional, documentos da UNESCO reforçam que a inclusão educacional envolve mais do que o acesso físico à escola, abrangendo a garantia de participação e aprendizagem ao longo do percurso escolar. Essa compreensão amplia o sentido do AEE, situando-o como um dos instrumentos para a construção de sistemas educacionais mais equitativos (UNESCO, 1994; UNESCO, 2005; UNESCO, 2020).

Os principais achados identificados neste estudo são sintetizados na tabela 1, que organiza os eixos analíticos recorrentes e suas implicações para a construção de uma escola inclusiva.

**Tabela 1** - Síntese dos principais achados sobre o Atendimento Educacional Especializado

Eixo analisado	Achados recorrentes	Referências
Organização do AEE	Atendimento definido como complementar e suplementar ao ensino regular	BRASIL, 1996; BRASIL, 2015; BRASIL, 2018
Articulação pedagógica	Integração ao currículo e ao projeto pedagógico da escola	BRASIL, 2008; MIRANDA <i>et al.</i> , 2025; DA SILVA, 2024
Formação docente	Relevância da formação continuada e do trabalho colaborativo	CAMPOS; CARON, 2016; COSTA, 2021
Práticas inclusivas	Uso pedagógico de recursos e estratégias para ampliar a	BISOL; VALENTINI; BRAUN, 2015; TARANTINO;

	participação	MAKOPOULOU; NEVILLE, 2022
Impactos na inclusão escolar	Avanços associados às condições institucionais e ao planejamento integrado	OLIVEIRA, 2020; FONTOURA, 2025

Fonte: Elaboração própria, com base nos estudos analisados.

A discussão desenvolvida nesta seção sustenta que o Atendimento Educacional Especializado assume papel relevante na construção de uma escola inclusiva quando compreendido como prática pedagógica articulada à escolarização. Essa compreensão dialoga com os objetivos do estudo ao evidenciar que os efeitos do AEE estão vinculados à sua organização, à formação dos professores e às condições institucionais que orientam sua implementação.

## 5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado como estratégia de apoio à construção de uma escola inclusiva, a partir da produção acadêmica e dos marcos normativos que orientam a educação especial no Brasil. A retomada do problema evidencia que o AEE é compreendido como prática pedagógica complementar e suplementar à escolarização em classes comuns, inserida no esforço de assegurar o direito à educação para todos os estudantes (BRASIL, 1996; BRASIL, 2015).

A síntese dos achados indica que o impacto do AEE está associado à sua integração ao projeto pedagógico da escola e ao planejamento curricular. Quando articulado às práticas do ensino regular, o atendimento amplia as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes público da educação especial, evitando ações paralelas e fortalecendo respostas pedagógicas mais ajustadas ao contexto escolar (BRASIL, 2008).

No que se refere à formação docente, os estudos analisados ressaltam que processos formativos contínuos favorecem a compreensão do AEE como parte do

trabalho pedagógico coletivo. A formação orientada para o uso pedagógico de recursos, a atuação colaborativa e a mediação docente sustenta práticas inclusivas mais consistentes e alinhadas às necessidades educacionais presentes nas escolas.

No âmbito das políticas educacionais, os achados reforçam a importância de condições institucionais que sustentem a implementação do AEE, como a organização de tempos e espaços, o alinhamento entre diretrizes normativas e práticas pedagógicas e o apoio à formação dos profissionais. Essas condições são apresentadas como fundamentais para que o atendimento se efetive de forma integrada à escolarização e às dinâmicas institucionais (UNESCO, 2005).

Quanto à viabilidade da proposta discutida, a produção analisada indica que a implementação do AEE demanda recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias de apoio à aprendizagem e tempo institucional destinado ao planejamento conjunto. Esses elementos favorecem a consolidação do atendimento no cotidiano escolar e contribuem para a construção de práticas educacionais mais inclusivas.

Por fim, os estudos examinados indicam a pertinência de aprofundar investigações que analisem a relação entre Atendimento Educacional Especializado, currículo e formação docente, bem como pesquisas que considerem diferentes contextos educacionais. Esses caminhos contribuem para o avanço do conhecimento na área e para o fortalecimento de práticas e políticas educacionais comprometidas com uma educação sem exceções.

## Referências

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B.; BRAUN, K. C. R. **Teacher education for inclusion: Can a virtual learning object help?** *Computers & Education*, v. 85, p. 203–210, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2015.02.017>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360131515000706>.

Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018.** Regulamenta o art. 58 da Lei



nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9451.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9451.htm). Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CAMPOS, Eri Cristina dos Anjos; CARON, Lurdes. **Formação continuada e permanente de professores do Atendimento Educacional Especializado para práticas pedagógicas inclusivas.** Lages, SC: ICEP, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), 2016. Disponível em: [https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado\\_educacao/dissertacoes/4da07053d9d33a7f960a70a72cd68e22.pdf](https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/4da07053d9d33a7f960a70a72cd68e22.pdf). Acesso em: 14 jan. 2026.

COSTA, Luis Gustavo da Silva. **Estratégias de ensino colaborativo como uma proposta de Atendimento Educacional Especializado – AEE.** [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 23 fev. 2021.

DA SILVA, Ângela Cristina Florentino. **O impacto do atendimento educacional especializado na inclusão escolar: desafios e perspectivas para a educação especial.** *Educação*, Brasília-DF, 30 out. 2024. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/66887/o-impacto-do-atendimento-educacional-especializado-na-inclusao-escolar-desafios-e-perspectivas-para-a-educacao-especial>. Acesso em: 14 jan. 2026.

FONTOURA, Mariana Figueira. **O atendimento educacional especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva.** 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, 2025. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2025/03/DISSERTACAO-FINAL-MARIANA-FIGUEIRA-FONTOURA.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

MIRANDA, Leandro et al. **O papel do atendimento educacional especializado (AEE): desafios e perspectivas para a implementação do AEE como prática pedagógica complementar e suplementar à escolarização, à luz do novo decreto federal.** In: Editora Impacto Científico. *Educação, políticas públicas e inclusão*. São Paulo: Impacto Científico, 2025. p. 1257–1289. DOI: <https://doi.org/10.56238/edimpecto2025.090-087>. Acesso em: 14 jan. 2026.

OLIVEIRA, Polliane de Jesus Dorneles. **O impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos alunos com necessidades educacionais especiais.** 2020. Monografia (Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/560b60e6-9199-4144-8ce4-d00d71297287>. Acesso em: 14 jan. 2026.

TARANTINO, G.; MAKOPOULOU, K.; NEVILLE, R. D. **Inclusion of children with special educational needs and disabilities in physical education: A systematic review and meta-analysis of teachers' attitudes.** *Educational Research Review*, v. 36, p. 100456, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.edurev.2022.100456>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1747938X22000252>. Acesso em: 14 jan. 2026.

**UNESCO. Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All.**

Paris: UNESCO, 2005. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140224>. Acesso em: 14 jan. 2026.

**UNESCO. The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 14 jan. 2026.

**UNESCO. Youth Report 2020: Inclusion and education: All means all.** Paris:

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2020. Disponível

em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373878>. Acesso em: 14 jan. 2026.